

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.223 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2000

Senado aprovou 567 matérias. Área social e austeridade foram a tônica

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza marcou a atuação dos senadores, que também votaram propostas que visam reforçar a austeridade na administração pública, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e os projetos que combatem a sonegação

Congresso Nacional apreciou 215 propostas, a maioria sobre Orçamento

PÁGINA 2



Comissões debateram grandes temas e votaram número recorde de projetos

PÁGINAS 6 A 9

Comissão Representativa atua durante o recesso parlamentar

Senadores e deputados indicados pelas respectivas Casas integram a Comissão Representativa do Congresso, criada pela Constituição de 1988. Encarregada de zelar pelas prerrogativas do Congresso Nacional, a Comissão Representativa atua

exclusivamente nos períodos de recesso de julho e do final de ano, e pode convocar ministros ou enviar-lhes pedidos de informação, entre outras atribuições. O Senado elegeu antes do recesso seus representantes na comissão.

PÁGINA 2

Líderes avaliam trabalhos e projetam a agenda para 2001

PÁGINAS 4 E 5

A preocupação com os problemas sociais e com a austeridade no trato das contas públicas marcou a atuação do Senado neste ano. Foram aprovados pelo Plenário projetos de grande alcance social, como a emenda constitucional que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (foto). Outras 16 propostas reforçam a austeridade.



PÁGINA 3

Relatório do Orçamento de 2001 sai no dia 26

O relator-geral do Orçamento para 2001, senador Amir Lando, prometeu entregar seu relatório final para publicação no dia 26 deste mês, possibilitando a votação da proposta

nos dias 27 e 28 pelo Plenário do Congresso. A Comissão Mista de Orçamento realizou reuniões até a noite de sexta-feira, com o objetivo de discutir relatórios setoriais.

PÁGINA 9



A Comissão de Orçamento discute os relatórios setoriais

Comissão vai representar Parlamento no recesso

O Senado elegeu os senadores que participarão da Comissão Representativa do Congresso. A comissão é sempre integrada por senadores e deputados e representa o Congresso Nacional durante os períodos de recesso. Na última quinta-feira, o Senado elegeu, para compor o órgão, os seguintes parlamentares: pelo PMDB Ramez Tebet (MS), Renan Calheiros (AL) e Amir Lando (RO), como titulares; e Jader Barbalho (PA), Nabor Júnior (AC) e Ney Suassuna (PB) como suplentes. Pelo PFL, Antonio Carlos Magalhães (BA), Carlos Patrocínio (TO) e Edison Lobão (MA), como titulares; e Hugo Napoleão (PI) e Francelino Pereira (MG) como suplentes. Pelo PSDB, Geraldo Melo (RN) e José Roberto Arruda (DF), como titulares, e Ricardo Santos (ES) como suplente. Pelo PPS, Paulo Hartung (ES) como titular e Roberto Freire (PE) como suplente.

A Comissão Representativa foi criada pela Assembléia Nacional Constituinte que aprovou a Constituição de 1988, e é encarregada de zelar pelas prerrogativas do Congresso durante os recessos de julho e do final de ano, até o início do período legislativo seguinte, em 15 de fevereiro.

O mandato da comissão não fica suspenso em caso de convocação extraordinária do Congresso, uma vez que os trabalhos durante a convocação são restritos ao exame e votação dos projetos mencionados em pauta específica.

Cabe à comissão, entre outras atribuições, autorizar o presidente da República e o vice a se ausentarem do país, deliberar sobre convênio ou acordo internacional e convocar ministros ou enviar-lhes pedidos escritos de informação, assim como sustar atos do Poder Executivo que exorbitem dos limites de sua delegação legislativa.

Orçamento concentra votações no Congresso

Das 215 matérias apreciadas neste ano em sessões conjuntas do Congresso Nacional, 77% tratavam de créditos suplementares ou da execução orçamentária de programas específicos

A maior parte das matérias analisadas nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, neste ano, versou sobre questões orçamentárias. De um total de 215 propostas apreciadas entre 15 de fevereiro e 15 de dezembro, conforme levantamento feito pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado, 77% foram de projetos de lei (138) e projetos de decreto legislativo do Congresso (27) autorizando, respectivamente, créditos suplementares e a execução orçamentária de programas específicos, todos enviados pelo Poder Executivo.

Resta votar o projeto de lei orçamentária para 2001, em exame na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que deverá ser submetido ao Plenário do Congresso até o fim do ano, conforme convocação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães,



O Congresso examinou 32 vetos presidenciais, dos quais apenas um foi derrubado

para esforço concentrado nos próximos dias 27, 28 e 29.

A proposta teve sua tramitação atrasada pelas negociações que resultaram no compromisso de elevar o salário mínimo de R\$ 151 para R\$ 180 a partir de 1º de abril. Para isso, houve acordo quanto à prévia votação, na Câmara dos Deputados e no Senado, de três projetos de combate à sonegação fiscal, que garantirão à Previdência Social os recursos para pagar o aumento do mínimo.

Entre as matérias orçamentárias, os destaques do primeiro semestre foram o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do governo federal para os anos de 2000 a 2003 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). As duas leis fundamentam a elaboração e exame do projeto de lei orçamentária em exame na Comissão Mista de Orçamento.

O Congresso também deliberou sobre 16 medidas provisórias, sete delas enviadas à sanção presidencial sob a forma de projetos de lei de

conversão, e encaminhou à Mesa para a promulgação de dois projetos de resolução.

Um deles, no primeiro semestre, definiu normas sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das comissões mistas do Congresso, formadas para apreciar as medidas provisórias. O outro projeto de resolução, promulgado como Resolução nº 3 do Congresso Nacional, regulamentou a apreciação do projeto de lei orçamentária anual para 2001.

Os congressistas deliberaram, ainda, sobre 32 vetos presidenciais, parciais ou totais, a matérias aprovadas pelo Poder Legislativo. Desse total, 31 foram mantidos pelos congressistas. O veto total do presidente da República ao projeto de lei da Câmara que estabeleceu anistia nas multas aplicadas pela Justiça Eleitoral foi derrubado pelo Plenário.

Secretário-geral ressalta as mudanças em curso no Senado

Um ano de muito trabalho, e alguns momentos difíceis, em especial a inédita cassação de um senador, mas que deixa saldo positivo, seja pela renovação de antigos hábitos, seja pela consolidação de imagem afirmativa da instituição nas decisões sobre projetos de gran-

de interesse público, como o salário mínimo. Essa é a visão do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, sobre o ano 2000, que foi, para ele, "um ano de prestígio do Senado e do Congresso".

Servidor da Casa desde 1968, Carreiro viu o Senado "cortar sua própria carne", aprovando a primeira cassação de um senador da história da instituição. Sem comentar o mérito da decisão, como é próprio do cargo que ocupa, registra a "que-



Carreiro destacou a primeira cassação já aprovada de um senador

bra do tabu".

Para ele, o Senado passa por grandes transformações, visíveis em dados objetivos, como a composição etária do Plenário, cada vez mais jovem, com a chegada de numeroso grupo de parlamentares próximos da idade mínima de

acesso ao Senado (35 anos) e que respaldam a renovação de idéias e posturas políticas.

Raimundo Carreiro ressalta também que, durante este ano, as divergências partidárias e ideológicas foram superadas em questões fundamentais, como na proposta de emenda que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sugerido pelo presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães.

Diretor-geral destaca criação da Universidade do Legislativo

"Uma revolução sem precedentes na administração pública, em termos de recursos humanos." Assim, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, se refere à Universidade do Legislativo Brasileiro (UniLegis), criada para treinar e reciclar profissionais que as-

essoram parlamentares dos legislativos federal, estaduais e municipais. Ele aponta a iniciativa como a mais importante das realizações do Senado no ano 2000. Segundo ele, a estrutura da UniLegis está pronta e vai ocupar três horas diárias na programação da TV Senado.

Agaciel disse que a UniLegis também terá uma interface com os demais Senados da América Latina. "A idéia da UniLegis foi apre-



Agaciel: a UniLegis é uma "revolução sem precedentes"

sentada pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) em recente encontro internacional em Paris e foi recebida com grande surpresa e entusiasmo por parlamentares de todo o mundo e pelo Banco Mundial. Com essa iniciativa, o Senado brasileiro entra no século 21 à frente de muitos países do Primeiro Mundo", afirmou.

Ele também destacou a compilação, em CD-ROM, dos Anais do Senado, de 1826 a 2000, que contém tudo o que foi tratado no plenário e nas comissões. Além disso, Agaciel revelou que está apenas aguardando a definição de uma data para o lançamento de outro CD-ROM, que traz toda a legislação federal brasileira, de 1500 a 2000.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Preocupação com finanças públicas marcou o ano

Das propostas aprovadas este ano pelo Senado, 16 tinham um objetivo comum: reforçar a austeridade na administração da União, estados e municípios. No total, foram apreciadas 567 matérias em 2000

Projetos impondo austeridade na administração pública marcaram a atuação do Senado no ano 2000. Foram aprovadas 16 mudanças nesse sentido, culminando com a votação de três projetos que permitem à Receita Federal reduzir a sonegação e ampliar a arrecadação tributária. São esses projetos que propiciarão ao governo recursos para, em abril do próximo ano, aumentar para R\$ 180 o salário mínimo.

Ao longo do ano, os senadores aprovaram 11 emendas constitucionais, nem todas votadas na Câmara ainda; 52 projetos já enviados à sanção presidencial; e 88 matérias que aguardam deliberação dos deputados. Foram aprovados e enviados à promulgação 308 projetos, do total de 567 matérias apreciadas.

As medidas de austeridade administrativa começaram com a votação de emenda constitucional determinando que as câmaras de ve-

readores não poderão comprometer mais de 70% do seu orçamento com a folha de pagamento de pessoal. O Senado aprovou também a Lei de Responsabilidade Fiscal, para coibir desvios na administração pública, e inseriu no Código Penal as condutas criminais cometidas por prefeitos e vereadores contra as finanças públicas.

Também foi aprovado projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) facilitando à sociedade acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) para obter informações sobre a gestão financeira, orçamentária e patrimonial dos recursos públicos. Elaborado pela CPI dos Bancos, foi acolhido projeto determinando que a atuação do Banco Central no mercado financeiro se dará por meio de



Plenário aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal e outros projetos sobre finanças públicas

dealers, as instituições responsáveis pela compra e venda de dólares.

Por iniciativa da mesma CPI, o Senado decidiu que o Banco Central manterá uma Central de Risco de Crédito com informações sobre a capacidade de solvência de quem toma empréstimos. Também foi alterada a Resolução 78/98, para vin-

cular qualquer operação de empréstimo à exigência de publicidade das finanças públicas; e para permitir que a antecipação de royalties possa também ser usada na amortização de dívidas com a União.

Da mesma forma, o Senado decidiu sujeitar as antecipações de receitas de royalties da exploração de

petróleo e gás natural ao período em que o governante estiver exercendo o mandato. No âmbito do Judiciário, aprovou lei definindo os crimes de responsabilidade dos magistrados e as sanções aplicáveis a quem enriquecer ilícitamente.

Foram também ampliados os mecanismos de controle do endividamento de estados e municípios. Para terem examinados pedidos de empréstimo, governadores e prefeitos deverão apresentar ao Banco Central certidão do Tribunal de Contas comprovando o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Casa aprovou também iniciativa aperfeiçoando os procedimentos, no âmbito da Justiça do Trabalho, para acelerar o recolhimento das contribuições sociais provenientes de reclamações trabalhistas. E introduziu no Código Penal as condutas que tipificam crimes contra a Previdência Social.

Mais de 300 projetos do Senado aguardam votação na Câmara

Mais de 300 projetos de lei originados no Senado aguardam deliberação pela Câmara. De acordo com o sistema de acompanhamento do processo legislativo do Congresso, só nos últimos dois meses foram enviadas 21 matérias do Senado para a Câmara, entre elas proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), reduzindo as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sugere a realização de reuniões entre os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados para definir quais os temas mais importantes a serem votados e evitar entraves na tramitação das matérias. O senador afirmou que há inúmeros casos de projetos do Senado aguardando votação por anos na Câmara, e vice-versa. Para Suassuna, o problema se dá menos no Senado, por ser uma Casa com menos parlamentares e também parlamentares mais velhos. "Com os mais velhos é mais fácil se entender", disse.

No mês de novembro foram enviados para a Câmara projetos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) convocando plebiscito no estado do Amazonas, sobre a criação de três territórios

federais. Projeto que regulamenta coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados é outro enviado recentemente à Câmara.

Há matérias do Senado aguardando sua vez na Câmara há anos. Desde 1992 espera votação pelos deputados uma das matérias de maior interesse do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o projeto de lei que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima. O recorde talvez pertença ao projeto de lei do senador Nelson Carneiro (RJ), já falecido, que pretende dar estabilidade provisória ao trabalhador que entrar com ação na Justiça contra o empregador. A proposta tramita há 20 anos e está pronta para inclusão na Ordem do Dia da Câmara desde outubro de 1997.

Um dos campeões de projetos aprovados no Senado e que ficam em fila de espera na outra Casa do Congresso é o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Entre suas propostas estão a que fixa piso máximo e mínimo para os salários dos servidores públicos civis e a que determina que detentores de mandatos eletivos devem ter revisadas anualmente suas declarações de Imposto de Renda.

Fundo de Combate à Pobreza e outras medidas de alcance social também tiveram destaque

O Senado aprovou, ao longo do ano 2000, propostas de grande alcance social, como a emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que proporcionará ao governo, em 2001, cerca de R\$ 4 bilhões para aplicar em programas destinados à população de baixa renda. Também já aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposta foi promulgada dia 14, transformando-se na Emenda Constitucional nº 31.

Os senadores aprovaram também projeto do Executivo que proíbe o menor de 16 anos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. E alteraram dois pontos do Estatuto da Criança. O primeiro, para punir com quatro a dez anos de prisão quem submeter menor a prostituição; o segundo, para condicionar o depoimento de crianças e adolescentes em delegacias à presença de advogado.

Foi também aprovado projeto de lei que isenta da Cofins e do PIS/Pasep 1.200 medicamentos de uso contínuo e antibióticos, o que permitirá uma queda nos preços de até 12,5%. O Senado aprovou ainda

emenda constitucional que vincula os recursos orçamentários para os serviços de saúde, além de uma nova Lei de Informática que institui a redução progressiva dos incentivos fiscais nos próximos nove anos.

Foi igualmente acolhido projeto de lei que permite aos policiais instalar aparelhos de som e imagem para captar conversas de suspeitos e infiltrar-se em organizações criminosas na tentativa de desbaratá-las. Para imprimir maior segurança na identificação de suspeitos de ilícitos graves, foi votado projeto que autoriza a identificação criminal dessas pessoas.

A proibição da propaganda de cigarro em revistas, jornais, televisão, rádio e outdoors foi uma das mais debatidas decisões do ano. O Plenário decidiu autorizar a publicidade apenas pelo correio ou mediante a fixação de cartazes na parte interna dos locais de venda.

O Senado aprovou também projeto de lei que permite a estados, municípios e o Distrito Federal instituir salários mínimos maiores do que o que é anualmente fixado pela União. E acolheu projeto que esta-



Antonio Carlos apresentou a proposta do Fundo de Combate à Pobreza

belece critérios básicos para que os portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida possam locomover-se nos espaços públicos.

Em benefício do Nordeste e do Centro-Oeste, foi aprovada emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, nessas regiões, de percentuais mínimos dos recursos destinados pela União à irrigação. Outras mudanças na Constituição aprovadas foram a que inclui a moradia entre os direitos sociais e a que redefine o conceito de nacionalidade. Com a mudança, são também considerados brasileiros os nascidos no estrangeiro, filhos de pai ou mãe brasileira, desde que registrados em repartição consular.

Outra emenda constitucional instituiu a Desvinculação das Receitas da União (DRU), para desligar de qualquer despesa previamente fixada 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições recebidos pela União, exceto a contribuição social do salário-educação.

Entre as 567 matérias examinadas no ano 2000, o Senado aprovou ainda a criação da Agência Nacional de Águas (ANA); o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust); e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.



A reforma política é a principal matéria da agenda política em 2001, afirmam os líderes do PFL, Hugo Napoleão, e do PSDB, Sérgio Machado. Em um balanço das atividades legislativas, eles citaram a criação da Agência Nacional de Águas como uma das principais matérias aprovadas. Já o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, reconheceu que “o Congresso não faltou ao governo”. O líder do PSB, Roberto Saturnino, previu dificuldades na economia em 2001.

Congresso não faltou ao governo, reconhece Arruda

Ao longo de todo o ano de 2000, avalia o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), o Congresso Nacional esteve sempre solidário com o Poder Executivo. Todos os projetos que eram de interesse do governo, recorda, foram aprovados pela Câmara e pelo Senado.

— O Congresso não faltou ao governo — disse. Para Arruda, essa parceria entre o Executivo e o Legislativo ajudou o país a terminar o ano de 2000 melhor do que começou e em situação muito mais confortável do que há dois anos, quando ocorreu a crise cambial. “Em todo esse período, o Congresso deu um apoio inestimável ao governo, e podemos agora olhar para o futuro com muito mais esperança, provando que os pessimistas erraram mais uma vez ao dizerem, em 1999, que o país iria quebrar”, observou.

Entre as matérias mais impor-



Arruda: todos os projetos do governo foram aprovados

tantes apreciadas neste ano pelo Legislativo, Arruda cita a Lei de Responsabilidade Fiscal — “que muda a cultura brasileira no que diz respeito aos gastos públicos” — e os três projetos de combate à sonegação fiscal que, aprovados por meio de acordo entre as lideranças, permitirão o aumento do salário mínimo para R\$ 180 a partir de abril do ano que vem.

Também foi relevante, na opinião do líder, a votação da emenda constitucional que permitiu a elevação dos gastos dos três níveis de governo com a saúde e do projeto que limitou a propaganda de cigarros.

Para 2001, Arruda vê como prioridade da agenda legislativa os projetos que compõem a reforma política — como os que estabelecem o fim das coligações nas eleições proporcionais e o fortalecimento da fidelidade partidária.

Saturnino prevê problemas para a economia em 2001

O líder do PSB no Senado, Roberto Saturnino (RJ), prevê que o governo será forçado a promover uma redução da atividade econômica em 2001, por causa das crescentes dificuldades do país com o balanço de pagamentos. O início de recuperação observado em meados deste ano, acredita o senador, terá de ser contido pela equipe econômica, porque o aumento das importações vai aumentar o déficit nas contas externas brasileiras.

O ano de 2000, na opinião de Saturnino, foi marcado pelo endurecimento fiscal. Ele vê como o fato mais importante e “negativo” do ano a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Responsabilidade Fiscal. E aposta na reação dos governadores,



“Os governadores vão esperar”, alerta Roberto Saturnino

em 2001, para tornar mais flexíveis as metas fiscais do país. “Os governadores vão esperar e o governo vai sentir”, prevê.

Saturnino defende a aprovação de projeto apresentado pelo senador José Alencar (PMDB-MG) que prevê a redução do comprometimento das receitas dos governos estaduais com o pagamento de suas dívidas com o governo federal. Atualmente, esse comprometimento é de 13%.

Alencar queria inicialmente reduzi-lo para 5%, mas a versão atual do projeto, após acolhida emenda do próprio Saturnino, fixa o patamar de comprometimento em 7,5% das receitas estaduais. “Por meio dessa iniciativa, os governos estaduais contariam com maior flexibilidade”, acredita Saturnino.

Napoleão coloca reforma política no topo da agenda

A votação de matérias como a criação da Agência Nacional de Águas e do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel) foi apontada como destaque do ano pelo líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), que faz ainda uma projeção positiva para as atividades legislativas em 2001. A reforma política, para ele, estará no topo da agenda do Congresso Nacional no primeiro semestre do próximo ano.

— Este será um dos grandes temas do Senado, até porque terminará em 5 de outubro o prazo para mudanças na legislação que vai reger o pleito de 2002 — afirma.

O senador cita entre as principais medidas em estudo, nesse sentido, o financiamento público de campanhas eleitorais, fortalecimento da fidelidade partidária, estabelecimento de listas abertas e fechadas para a eleição de de-

putados federais e proibição de coligações nas eleições proporcionais.

Os dois primeiros projetos foram aprovados em novembro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e serão também apreciados pelo Plenário. Os demais já tramitam na Câmara dos Deputados, depois de aprovados pelos senadores. Na opinião do senador, todos eles podem ter a tramitação concluída até junho.

A aprovação da reforma política, para o senador, deverá coincidir com um período de retomada de crescimento econômico.

— Vejo o início de 2001 com uma perspectiva otimista. O país está entre as dez maiores economias do mundo e está a caminho de obter um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão — diz o senador.

Entre os motores desse crescimento, de acordo com o senador, estão setores como os de aereo-



Napoleão: aprovação da reforma coincidirá com retomada do crescimento

náutica — firmando-se como um dos maiores do mundo — e de telecomunicações. E o desenvolvimento da tecnologia em telecomunicações, a seu ver, deverá ter um grande impulso a partir da aprovação de projeto, do qual foi relator, de criação do Funntel. “Esse fundo é indispensável para a obtenção de recursos para pesquisa no setor”, afirma.

Napoleão citou ainda entre as decisões mais importantes deste ano do Congresso Nacional a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a regulamentação do Simples — sistema de pagamento de impostos que beneficia as micro e pequenas empresas — e a garantia de maiores recursos para a saúde, por meio da aprovação de uma emenda constitucional. ¶

Machado destaca garantia de mais recursos para saúde

A garantia de maiores recursos para a saúde, a nova Lei de Responsabilidade Fiscal, a ampliação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) estão — segundo o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE) — entre as principais conquistas do Congresso Nacional em 2000. E o principal item da agenda do Legislativo para 2001, na opinião do líder, deverá ser a reforma política.

Machado defende a aprovação, ainda no primeiro semestre, de cinco projetos ligados à reforma — três na Câmara e dois no Senado. Entre os projetos que serão examinados pelos deputados estão os de proibição de coligações nas eleições proporcionais, adoção de listas abertas e fechadas nas eleições para a Câmara e o estabelecimento da cláusula de desempenho para que os partidos tenham representação no Congresso Nacional, com permissão para o estabelecimento de federações de pequenos partidos. Todos já foram aprovados pelo Senado.

Os senadores, por sua vez, continuarão a discutir duas outras propostas da reforma política — as que estabelecem o financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária. Ambas foram aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e serão votadas pelo Plenário. “Todos os cinco projetos fazem parte de um eixo que visa ao fortalecimento dos partidos”, observa Machado.

O líder do PSDB esteve entre os principais articuladores, dentro do Congresso, da ampliação do Refis, programa destinado a permitir que as empresas tenham oportunidade de colocar em dia seus débitos com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e a Receita Federal. “Foi uma vitória da sociedade, do governo e do setor produtivo, que deve, com a adesão ao Refis, gerar mais empregos e retomar o crescimento”, previu o senador.

A aprovação pelo Congresso



Machado também vê a reforma política como principal item da agenda

da emenda constitucional que garante maiores recursos para a saúde, para o líder, ajudará a melhorar as condições de vida das camadas mais carentes da população. “São os pobres que sofrem nas filas e dependem dos hospitais públicos”, recordou Machado. “O mais cruel é que, ao não terem saúde, não conseguem superar o ciclo perverso da pobreza”, afirmou.

A nova Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, foi apontada pelo senador como a “lei da administração pública sustentável”, já que permitirá o equilíbrio de gastos ao longo do tempo, independentemente dos ocupantes dos cargos públicos. Como relator do projeto de criação da ANA, Machado sustentou a tese de que a agência deve se preocupar constantemente com a utilização econômica e social da água.

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal foi considerada um dos destaques deste ano legislativo pelos líderes do PMDB, Jader Barbalho, do PPB, Leomar Quintanilha, do PPS, Paulo Hartung, e do PTB, Arlindo Porto. Mas Hartung considera frustrante o balanço do ano e a líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena, afirma que o Senado se omitiu em relação aos principais temas do país.



Jader faz avaliação positiva e pede combate ao desemprego

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), faz uma avaliação positiva da atuação do Senado neste ano. Para ele, os senadores tomaram posição a respeito de todos os temas importantes, apesar de ter sido um ano de eleições.

— O Senado não ficou a dever à sociedade e, no conjunto, correspondeu às expectativas — afirmou.

Jader citou como exemplo a rápida tramitação dos projetos contra a sonegação que garantirão o aumento do salário mínimo. Quando as propostas chegaram ao Senado, recordou, muitos parlamentares já vinham debatendo o tema e acompanhando a tramitação na Câmara, o que facilitou a votação.

Conforme o líder, o Congresso tem fornecido ao Executivo os instrumentos solicitados, principalmente para a administração da economia. Foi o caso, afirmou, da nova Lei de Responsabilidade Fiscal. Mes-



Jader: reformas tributária e política devem entrar na pauta

mo assim, ele considera necessário um impulso ao crescimento, pois as taxas de desemprego permanecem elevadas. “Isso se reflete em todo o ambiente social, especialmente em relação ao aumento da violência”, observou.

No início de 2000, recordou Jader, o país superou uma grave crise econômica e recuperou as contas públicas. A partir de agora, acrescentou, o Congresso deve apoiar medidas que estimulem a geração de empregos e conceder prioridade à reforma tributária e fiscal e à reforma política.

— Esses dois temas precisam entrar em pauta logo, pois terão mais facilidade de tramitação no início do ano e com uma razoável distância das eleições de 2002. Se houver ambiente político, o Congresso deve aprovar pelo menos alguns pontos da reforma política e manter a discussão da reforma tributária e fiscal — afirmou.

Hartung defende uma nova agenda para o Congresso

Para o líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES), é “frustrante” o balanço de final de ano das atividades legislativas. Ele defende uma agenda para o Congresso em 2001 que inclua temas de uma segunda geração de reformas, como um novo sistema tributário, novas regras para o mer-



Paulo Hartung considera o balanço deste ano “frustrante”

cado de capitais e a regulamentação do capítulo da Constituição que trata do sistema financeiro.

— O conflito na base de sustentação do governo tem levado a uma paralisia do Congresso, pois o Executivo perdeu sua capacidade de liderança e a produção legislativa acabou sendo muito baixa — avalia.

Entre os pontos positivos de 2000, o líder do PPS cita a aprovação da emenda constitucional que garante mais recursos para a saúde, do projeto que cria a Agência Nacional de

Águas e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele também registra a rapidez do Congresso na discussão dos projetos que garantirão o aumento do valor do salário mínimo. “Mas, no contexto global, muita coisa ficou para trás”, lamenta.

Um dos projetos importantes que não chegaram a ser examinados neste ano, segundo ele, é o da nova Lei das Sociedades Anônimas, apontada como necessária à proteção dos pequenos acionistas e ao aumento da confiança dos investidores. A proposta faz parte da nova agenda que o senador deseja ver em debate em 2001.

A reforma tributária é vista por Hartung como um dos pontos principais dessa agenda. “O nosso atual sistema é velho e pune tanto os assalariados quanto o produto nacional”, avalia.



Quintanilha sugere limite às medidas provisórias

Quintanilha quer continuar debate sobre orçamento impositivo

O início da discussão sobre a adoção de um orçamento impositivo, que garanta a efetiva implantação de projetos e programas aprovados pelos parlamentares, foi classificada pelo líder do PPB, senador Leomar Quintanilha (TO), como um dos pontos altos do Congresso em 2000. Ele espera que novas regras para tramitação e aplicação do Orçamento sejam aprovadas em 2001.

— A discussão sobre o Orçamento deveria ser a principal preocupação do Congresso — sustentou Quintanilha. Uma vez que as atuais regras apenas permitem, não obrigam, a aplicação de dotações previstas no Orçamento, afirmou, o governo se vê livre para subestimar suas receitas e, ao final de cada ano, remanejar grandes quantias sem um debate mais profundo.

Além de novas regras para o Orçamento, o líder do PPB considera necessária uma nova postura a respeito da edição de medidas provisórias. Na sua opinião, o Poder Executivo só deveria editar MPs quando elas fossem, como estabelece a Constituição, urgentes e relevantes. “O governo exorbitou na quantidade de medidas provisórias”, disse.

Entre as matérias aprovadas em 2000, o líder destaca a nova Lei de Responsabilidade Fiscal — que, na sua opinião, “vai marcar época no país” — e a proposta de criação da Agência Nacional de Águas. Para ele, a agência permitirá a utilização mais racional dos recursos hídricos, “abundantes, mas não infinitos”.

O líder do PPB propôs ainda a adoção, pelo país, de uma nova política agrícola, que dê segurança aos produtores e os defenda da concorrência predatória de produtos estrangeiros beneficiados por subsídios em seus países de origem.

Heloísa Helena lamenta omissão em relação aos principais temas

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), disse que o Senado se omitiu, neste ano, em relação aos principais temas do país, como o desemprego, a pobreza e o combate à corrupção. Entre os poucos pontos que considera positivos está a cassação do mandato do



Heloísa Helena indica como ponto positivo a cassação de Luiz Estevão

ex-senador Luiz Estevão, acusado de participar no desvio de verbas da construção do fórum trabalhista de São Paulo.

— O Senado ter tido coragem de cumprir sua obrigação constitucional, promovendo a cassação do mandato de um de seus integrantes, é um fato muito importante; mostra a independência que a Casa tem que ter diante de seus próprios membros — avaliou.

Entretanto, ressaltou a senadora, essa independência não foi observada quando se apuravam denúncias de irregularidades contra integrantes do governo. “Foram

apresentados indícios relevantes de crimes contra a administração pública patrocinados pelo governo federal, indícios relevantes de tráfico de influência, intermediação de interesses privados e exploração de prestígio”, salientou.

Ela lamentou ainda a repercussão negativa da disputa pela presidência do Senado. Na sua opinião, as trocas de acusações entre integrantes da base governista seriam fruto de um “código particular de ética”, só usado quando interessa aos envolvidos.

Segundo a líder, o Senado também se omitiu ao não patrocinar uma discussão ampla sobre a própria Federação. Para ela, os representantes dos estados deveriam ter discutido os efeitos da política econômica adotada pelo governo federal. “O Senado errou e negou sua própria razão de existir ao não discutir o impacto da crise sobre as finanças estaduais”, condenou.

Porto vê transparência como a maior qualidade

O líder do PTB, senador Arlindo Porto (MG), apontou a transparência como a maior qualidade do Senado no ano 2000, quando as investigações sobre desvio de recursos públicos levaram a dois fatos inéditos: a prisão de um ex-presidente de tribunal e a cassação do mandato de um senador



Porto aponta a Lei de Responsabilidade Fiscal como “um marco”

(Luiz Estevão, do Distrito Federal). Ele ressaltou, contudo, a necessidade de se garantir maior agilidade às decisões da Justiça.

— A sociedade tem acompanhado as denúncias que surgem e os primeiros passos da apuração dos fatos, mas não vê o resultado final do processo. A falta de agilidade da Justiça acaba levando à sensação de impunidade — observa Porto.

Para o líder do PTB, a proposta de reforma do Poder Judiciário deve ser uma das prioridades do Senado

em 2001. Outra proposta que ele considera muito importante é a da reforma tributária. Nesse caso, para permitir a simplificação do atual sistema e para dar novo impulso à retomada do desenvolvimento econômico, ainda limitado pelas altas taxas de juros praticadas no país.

Ao fazer uma avaliação da produção legislativa em 2000, Arlindo Porto resalta a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que considera um “marco na busca da seriedade administrativa”, e da emenda constitucional que garante maiores recursos à saúde pública.

— Com essa emenda, o país poderá ampliar a quantidade de serviços, como já ocorreu com a educação, para em um segundo momento tornar possível também a melhoria da qualidade — avaliou.

Política de Inteligência foi o principal tema da CRE

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou 76 matérias em 16 reuniões realizadas este ano. Também promoveu audiências públicas, como a que abordou a posição do Brasil em relação ao Plano Colômbia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou, durante este ano, 76 matérias em 16 reuniões ordinárias e cinco extraordinárias, sendo que 10 foram votadas durante o período de convocação extraordinária no início do ano. O destaque, segundo os senadores membros da comissão, foi a aprovação da Política Nacional de Inteligência e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Apenas um projeto de decreto legislativo foi rejeitado, o que aprovava os textos das recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985. Dentre as matérias examinadas, 34 referiam-se à aprovação de indicação de autoridades, como embaixadores e o diretor-geral da Abin, e todas foram aprovadas.

A CRE acolheu indicações para as embaixadas brasileiras na Líbia, Mauritânia, Gâmbia, Argélia, Macedônia, Organização dos Estados Americanos (OEA), Marrocos, Guiné-Bissau, Paraguai, Costa Rica,

Togo, Burkina Faso, Uganda, Noruega, Turquia, Uruguai, México, República Tcheca, Azerbaijão, Malauí, Belize, Haiti, Suécia, Sudão, Finlândia, República Dominicana, Suriname, Gabão, Guiana, Filipinas, Vaticano, África do Sul, Ucrânia, Malta, Islândia e Jamaica.

Dois acordos internacionais aprovados pela CRE destacam-se por tratar do combate à corrupção. São a Convenção Interamericana contra a Corrupção, concluída em Caracas em 1996, e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris em 1997.

As audiências públicas também foram constantes em 2000. Dentre elas, destaca-se a que analisou a posição do Brasil em relação ao chamado Plano Colômbia e os riscos que o envolvem. Para a audiência, foram convidados os ministros da Defesa, Geraldo Quintão, das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso.



Sarney preside a CRE, que votou 34 indicações de autoridades este ano

CFC pode ser transformada em comissão permanente de inquérito

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) cumpriu seu papel, de certa forma diferenciado das demais comissões, de acompanhar e investigar os atos do Executivo, avaliou o senador Romero Jucá (PSDB-RR). O senador, que preside a comissão, adiantou um debate importante que será travado no próximo ano: a transformação da CFC em uma comissão parlamentar de inquérito permanente. Jucá admitiu que a sugestão poderá demandar bastante tempo, por tratar-se de uma profunda alteração no Regimento Interno.

Em 2000, a CFC discutiu o processo de fusão das cervejarias Brahma e Antarctica, que resultou na criação da Ambev; investigou os possí-

veis desvios de recursos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), e solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria na Companhia Energética de Roraima, relativa a convênios com a Eletrobrás.

Outra auditoria do TCU requerida pela comissão foi na empresa Banco do Brasil Viagens e Turismo (Bbtur). Há denúncias de que a agência estaria promovendo concorrência ilegal no mercado de turismo. Os senadores também solicitaram maiores esclarecimentos ao presidente do Banco da Amazônia a respeito da gestão do chamado fundo constitucional da região Norte.



Jucá salienta "papel diferenciado" da Comissão de Fiscalização e Controle

CI tornou-se um espaço privilegiado de grandes debates, afirma Emilia

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura transformou-se em um espaço privilegiado de discussão de temas estratégicos para o país, como o programa de privatização, administração de recursos energéticos, telecomunicações e recursos hídricos. A avaliação é da presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que fez um balanço dos trabalhos durante o ano de 2000.

A senadora lembrou a realização de audiências públicas com ministros de Estado, entre os quais o de Minas e Energia, Rodolpho Tou-

rinho, que prestou informações e esclarecimentos sobre os acordos internacionais envolvendo a troca de ativos da Petrobras.

Emilia destacou também a criação de uma subcomissão destinada a analisar e acompanhar os danos causados ao meio ambiente. Ela lembrou que a idéia nasceu depois da ocorrência de um grande vazamento de petróleo na baía de Guanabara. Outro momento de intercâmbio entre os senadores e a sociedade, para a senadora, foi a realização do Seminário sobre as Águas, reunindo especialistas e autoridades do setor.

— A Comissão de Infra-Estrutura ganhou, ao longo deste ano, uma nova dinâmica, abrindo, inclusive, espaço para a sociedade civil se manifestar — frisou Emilia.

A Comissão de Infra-Estrutura aprovou 24 projetos, entre os quais o que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fuste) e o que criou a Agência Nacional de Águas (ANA), destinada a implementar a política nacional de gerenciamento dos recursos hídricos. Outra proposta aprovada pelos senadores é a que dispõe sobre o registro de aparelhos telefônicos celulares pelo sistema pré-pago, tornando obrigatória a manutenção, pelas empresas operadoras, do respectivo cadastro.



Emilia Fernandes lembra audiências públicas sobre temas estratégicos

Subcomissão vai estudar medidas para prevenir acidentes ambientais

A subcomissão permanente destinada a analisar acidentes que acarretem danos ao meio ambiente foi criada no último dia 7, a partir de requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Constituída por sete

senadores titulares e sete suplentes, a subcomissão foi proposta em face dos recentes e múltiplos acidentes ambientais decorrentes de vazamentos de óleo em várias localidades do país. Esses episódios, afirmou Geraldo Cândido, evidenciam a falta de uma política ambiental e o descaso com a proteção do meio ambiente tanto por parte das empresas envolvidas como também dos órgãos do poder público encarregados da fiscalização.

Com a finalidade de contribuir para mudar esse quadro, a subcomissão terá entre suas atribuições promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo e entidades da sociedade civil que, pela natureza de suas atividades, possam contribuir para o debate sobre a permanente necessidade de proteção ao meio ambiente.

A subcomissão também poderá encaminhar denúncias aos órgãos competentes sobre a prática de atos lesivos ao meio ambiente que cheguem ao seu conhecimento, e apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídos com o objetivo de evitar desastres ecológicos.

Diante do quadro de deficiências apresentadas pelos órgãos de fiscalização e controle ambiental e das proporções dos da-

nos ocorridos, a subcomissão também poderá propor ao plenário da Comissão de Infra-Estrutura medidas legislativas resultantes do estudo e avaliação dos temas constantes de suas atribuições.

O presidente e o relator da subcomissão serão eleitos pela Comissão de Infra-Estrutura no próximo semestre, no reinício dos trabalhos legislativos.

São os seguintes os senadores indicados pelos partidos para integrar a subcomissão: Alberto Silva (PMDB-PI), Marluce Pinto (PMDB-RR), Valmir Amaral (PMDB-DF), Paulo Souto (PFL-BA), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Romero Jucá (PSDB-RR) e Geraldo Cândido (PT-RJ), como titulares; e Iris Rezende (PMDB-GO), Roberto Requião (PMDB-PR), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Osmar Dias (PSDB-PR) e Júlio Eduardo (PV-AC), como suplentes.



Cândido propôs a criação da subcomissão sobre acidentes ambientais

CCJ bate recorde de votações, diz Agripino

Em 51 reuniões realizadas neste ano, comissão aprovou 28 matérias em caráter terminativo e 182 pareceres sobre diversas matérias cujo exame é de sua competência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania bateu recorde de votação em 2000, segundo o presidente da CCJ no biênio 1999/2000, senador José Agripino (PFL-RN). Ele destacou a aprovação da emenda constitucional que criou o Fundo de Combate à Pobreza, a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de projetos da reforma política. A comissão realizou 51 reuniões ao longo do ano, aprovando 28 propostas em caráter terminativo e 182 pareceres.

Agripino também aponta como um dos destaques do ano o início da discussão sobre a reforma do Judiciário por meio de audiências públicas, que contaram com a presença dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite. Para o senador, a reforma do Judiciário será a principal tarefa da comissão em 2001.

— Uma reforma do Judiciário

tem que ser feita com vagar para ser bem feita. É preciso ouvir a sociedade, os juizes, os promotores, para que os senadores possam votar um texto adequado — afirmou Agripino, que entende, no entanto, que a Justiça só ganhará maior agilidade com a revisão da legislação processual.

Temas da reforma política, como o financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária, a cláusula de desempenho de partidos políticos e a proibição de coligações nas eleições proporcionais, também fazem parte do rol de matérias de relevância analisadas pela CCJ em 2000. Agripino alertou que a CCJ ainda deve se pronunciar sobre as emendas de plenário sobre o financiamento público de campanhas eleitorais e, assim, aproveitar a oportunidade para aperfeiçoar a proposta.

— O financiamento público exclusivo seria difícil de ser fiscalizado e iria, inevitavelmente, ha-

ver burla, porque as pessoas não poderiam usar nem recursos próprios. O financiamento público acrescenta ao que hoje existe, mas o sistema deve ser misto para que tenhamos uma lei que seja feita para ser cumprida e não para inglês ver — avaliou.

Outro momento importante da comissão, destacado por Agripino, foi a aprovação do projeto de lei que proíbe a venda de armas de fogo. O relator foi o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O presidente da CCJ espera que a proposta reduza a violência, mas tem dúvidas sobre a eficácia da medida.

Agripino Maia apontou ainda as propostas de regulamentação da previdência complementar, a proibição da propa-



Agripino citou a reforma política como um dos temas importantes da CCJ

ganda de cigarros, a flexibilização do sigilo bancário, a criação da Agência Nacional de Águas, a emenda constitucional que assegura recursos para a saúde, o salário mínimo regional e a Lei de Informática como matérias que podem proporcionar grande

contribuição à sociedade.

Por fim, a CCJ realizou ainda a sabatina de ministros indicados para o Superior Tribunal Militar, o STJ e o STF, como a ministra Ellen Gracie Northfleet, primeira mulher a integrar a Corte Suprema nacional. Outros cargos, como o de defensor público geral da União, ocupado por Anne Elizabeth Oliveira, só foram preenchidos este ano depois da aprovação da CCJ.

Senado FM chega em ondas curtas ao Norte do país

A assinatura de convênio entre a Rádio Senado FM e a Radiobrás para retransmissão de programas em ondas curtas foi uma das principais conquistas da emissora oficial do Senado este ano. O convênio estabelece que as atividades da Casa serão retransmitidas pela Radiobrás para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a partir de janeiro do próximo ano. O mesmo convênio também irá permitir a implantação das transmissões da Rádio Senado em ondas médias, projeto já em fase de execução.

Em 2000, a transmissão da programação da Senado FM ao vivo pela Internet foi reforçada com a criação e implantação de um *site* mais dinâmico, que resultou em um sensível aumento do número de acessos diários, segundo informou o diretor da emissora, Sílvio Hauagen. Além disso, continuam em funcionamento outras atividades da emissora, como o serviço *Informativo 24 Horas*, pelo telefone 0800 61-4455, o convênio com a Rede Católica de Rádio, a transmissão para o Sistema Radiosat Digital, o *Jornal do Senado (A Voz do Brasil)* e os informativos especiais produzidos pela emissora.

Uma das principais estréias da Senado FM no ano 2000 foi o programa *Alívio aos 500 anos do Descobrimento — Brasil 500 Anos* —, que alcançou boa repercussão, especialmente entre professores e escolas. As instituições e pessoas que escrevem pedindo cópias da série de programas estão sendo atendidas. Sílvio Hauagen chama a atenção ainda para o programa *40 Anos de Bossa Nova*, apresentado pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que também apresenta *A Música Erudita e seus Mestres*.

Outra atração que estreou em 2000 foi o programa *Improviso — Jazz sem Fronteiras*, produzido e apresentado pelo diretor da Agência Senado, Flávio Mattos, que divide a apresentação com Vinícius Becker. Segundo Mattos, *Improviso* tem obtido muito boa audiência, não só em razão da seleção musical, mas também pelo caráter didático.

— O jazz é música compreensível por audiência mais ampla. Até porque temos procurado mostrar a produção de fora dos Estados Unidos e que tenha como característica o improviso, a liberdade de criação — explica Mattos.

Comissão de Educação apreciou 369 matérias

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Freitas Neto (PFL-PI), disse que o balanço dos trabalhos do colegiado neste ano foi positivo, com a apreciação de 369 matérias. No ano passado, a comissão analisou 257 proposições.



Freitas Neto destacou a aprovação do Plano Nacional de Educação

Ele destacou a aprovação, pela comissão, do Plano Nacional de Educação (PNE) que, segundo lembrou, alterou todo o sistema de ensino brasileiro, desde o fundamental até o universitário. O plano é considerado de tamanha importância que a CE resolveu criar uma subcomissão permanente destinada a acompanhar sua execução.

Durante este ano, a CE também criou a Subcomissão Permanente do Cinema, Comunicação Social e Informática. A subcomissão abriu maior espaço para o debate do cinema nacional, ouvindo cineastas, diretores, artistas e técnicos, com o objetivo de encontrar fórmulas capazes de fortalecer o setor.

Vários projetos foram aprovados pela Comissão de Educação, entre os quais o que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel), o que estabelece a chamada gestão democrática no ensino público e o

que torna obrigatória a utilização do Alfabeto Braille nos manuais de especificações técnicas de eletrodomésticos e produtos eletrônicos.

Também mereceu destaque a aprovação dos seguintes projetos: o que institui o dia 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o que regulamenta o exercício profissional da acupuntura e o projeto que define escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos.

A Comissão de Educação também aprovou 283 pareceres relativos a pedidos de renovação e outorga de concessão de rádios e TVs.

Fogaça sugere mudança na Lei do Audiovisual

O presidente da Subcomissão do Cinema Brasileiro, senador José Fogaça (PMDB-RS), disse que a Lei do Audiovisual precisa ser corrigida, porque dedica atenção apenas à produção e financiamento de filmes, e não cuida de forma adequada da distribuição



Fogaça: lei deve tratar também da distribuição e da exibição

e exibição. Fogaça foi o autor do requerimento aprovado pela Comissão de Educação que transformou em permanente a subcomissão, além de estender suas atribuições aos setores de Comu-

nicação Social e Informática.

A subcomissão realizou sete audiências públicas e tomou 24 depoimentos de representantes do setor audiovisual. O relatório final do senador Francolino Pereira (PFL-MG) ainda não foi votado, mas Fogaça adide-

ntou que serão propostas medidas de estímulo à produção de curta-metragens e à criação de um fundo de desenvolvimento do cinema, através da taxaço de filmes estrangeiros.

Simon quer debate sobre programação

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão, da qual é presidente, está cumprindo uma importante finalidade, que é levar o Congresso Nacional a discutir a qualidade da programação da chamada mídia eletrônica. Simon explicou que a subcomissão tem analisado a legislação para o setor e debatido problemas

práticos, como a situação da Rede TV!, que foi tema de audiência pública em maio deste ano.

Criada em novembro de 1998 por requerimento de Simon, a subcomissão se propõe a prestar contas à sociedade sobre as manifestações em relação às programações da TV Câmara, da TV Senado e, sempre que possível, das TVs educativas do país.

CAE realizou número recorde de reuniões neste ano

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos também comemora o fato de ela ter se transformado em “fórum permanente de debates”, no qual foram analisadas as necessidades e as distorções dos diferentes setores da economia

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), comemorou a realização, neste ano, de 60 reuniões, recorde da comissão em uma única legislatura. Ele afirmou que esses são os números oficiais, que não levam em conta as dezenas de reuniões informais realizadas às quartas-feiras em jantares com autoridades do governo federal.

— Transformamos a comissão em um fórum permanente de debates e procuramos ver, em cada setor da economia, suas transformações, necessidades e distorções. Debatesmos as várias facetas da economia nacional em um mundo globalizado, que é muito mais complexo — disse Suassuna.

O presidente da CAE lembrou que, em 2000, a comissão debateu a guerra fiscal com vários governadores; chamou autoridades e empresários para discutir a crise no setor de aviação civil; estudou a dolarização em curso nos países vizinhos,

assim como a regionalização e as dificuldades no relacionamento com os países limítrofes; discutiu os problemas dos setores de turismo, petroquímica e siderurgia e também a questão da propriedade industrial e intelectual.

Ele destacou, entre as matérias aprovadas pela comissão, o projeto de lei complementar que instituiu normas para a gestão das finanças públicas, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Outra matéria de grande repercussão, de acordo com Suassuna, foi a nova lei que define os benefícios e incentivos fiscais para bens e serviços de informática e automação para os próximos nove anos, projeto do qual foi relator.

Outras importantes proposições aprovadas foram o projeto de lei que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que deve arrecadar mais de R\$ 700 milhões anuais para investimento em localidades com poucos habitantes, e o projeto de resolução que permite



A Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das principais matérias aprovadas pela CAE

antecipações de receitas originadas de *royalties* por um período superior ao do mandato do chefe do Poder Executivo, desde que os recursos sejam utilizados para capitalização de fundos de previdência de servidores ou para pagamento de dívidas junto à União.

A CAE aprovou ainda alterações na Lei Kandir, ressarcindo os estados que têm base produtiva fortemente destinada à exportação com

um seguro-receita. Também merecem destaque o projeto de lei que institui mecanismos para resguardar os contribuintes e o refinanciamento das dívidas do município de São Paulo e dos títulos emitidos para pagamento de precatórios dos municípios de Campinas, Osasco e Guarulhos e dos estados de Alagoas e Santa Catarina.

A atualização das tabelas do Imposto de Renda em 28,4%, já para o

ano que vem, e a mudança na delimitação dos chamados terrenos de marinha, ambos de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), são outros importantes projetos aprovados pela CAE.

Os integrantes da comissão aprovaram também o projeto de lei, encaminhado pelo governo federal, que reduziu a carga tributária incidente sobre 1.200 medicamentos de uso contínuo.

Conselho de Ética aprovou cassação de Luiz Estevão

O Conselho de Ética do Senado, em 14 de junho deste ano, tomou uma decisão histórica. Em votação secreta, acatou, pela primeira vez, o pedido de cassação do mandato de um senador. Presidido pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o conselho decidiu pela cassação de Luiz Estevão, senador pelo PMDB-DF, por 11 votos a 3, depois de uma reunião que durou mais de sete horas e só terminou de madrugada.

Estevão, acusado de participar do desvio de verbas do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, juntamente com o juiz Nicolau dos Santos Neto, defendeu-se com o auxílio de advogados, mas não conseguiu convencer a maioria dos senadores.

O relator do pedido de cassação, Jefferson Péres (PDT-AM), acusou Luiz Estevão de mentir aos colegas e à instituição. Ele lembrou, ainda, que o então senador teve amplo direito de defesa. Falaram em apoio ao relatório de Jefferson Péres os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lauro Campos (PT-DF) e Paulo Souto (PFL-BA).

O Conselho de Ética aprovou



Ramez Tebet preside o conselho que aprovou pela primeira vez a cassação de um senador

também, em maio, uma advertência pública aos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), em decorrência das acusações mútuas trocadas em plenário. O conselho decidiu enviar ao Ministério Público as denúncias dos senadores.

Atualmente, o conselho examina denúncias contra o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), acusado de participar do desvio de R\$ 13 milhões do BNDES, repassados para as empresas Ebal e Rodomar para a construção de 13 balsas, que nunca foram concluídas. Luiz Otávio, à época, era gerente da Rodomar.

Comissão de Assuntos Sociais apreciou mais de 200 matérias

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias (PSDB-PR), vai passar o cargo ao seu sucessor em fevereiro de 2001 após encaminhar a votação de mais de 200 matérias neste ano. “Em 2000, consolidamos o trabalho de valorização da CAS, uma das mais importantes comissões do Senado, aliando-se à população na cobrança de ações mais concretas do governo na área social”, afirmou.

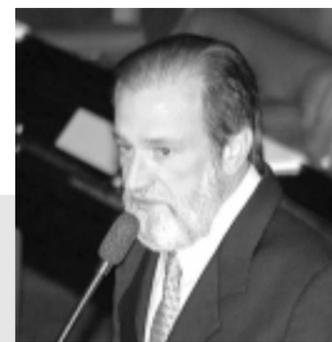
Nas 34 reuniões e dez audiências públicas promovidas em 2000, a CAS analisou pleitos que exercem influência direta na vida dos brasileiros, como a proposta de emenda constitucional (PEC) que obriga estados e municípios a vincular até 12% do Orçamento aos gastos com saúde. Osmar destacou também, ainda nessa área, a aprovação do projeto que regulamenta a coleta, o processamento e a distribuição de hemoderivados, proibindo o comércio de sangue e controlando sua qualidade para impedir a disseminação de doenças, como a Aids.

Outra proposta polêmica acatada pelo colegiado proíbe a propagação de cigarros e similares nos

meios de comunicação. “Como a divulgação só vai ocorrer em pontos-de-venda, isso deve restringir o ingresso no vício”, pensa Osmar. Também suscitou intensos debates a apreciação do projeto que institui a previdência complementar nos serviços públicos federal, estadual e municipal. Para o presidente da CAS, a adoção desse regime deve aliviar a previdência oficial e valorizar os benefícios a serem pagos no futuro.

Conquistas importantes também ocorreram na área trabalhista. A comissão acolheu, por exemplo, proposição da senadora Marina Silva (PT-AC) estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma e do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) assegurando o pagamento de salários à empregada gestante demitida sem justa causa. Osmar ressaltou ainda a aprovação de PEC de sua autoria que garante o prazo de cinco anos para prescrição de processos trabalhistas na área rural.

No momento em que se discutia o salário-mínimo de US\$ 100, em junho passado, a CAS também aprovou a autorização para estados e Distrito Federal instituírem pisos



Segundo Osmar, a CAS “aliou-se à população na cobrança de ações mais concretas na área social”

salariais diferenciados do mínimo nacional. O presidente da CAS destaca ainda a aprovação da criação da Agência Nacional de Águas (ANA), que irá intermediar as relações comerciais entre concessionários e consumidores e fiscalizar o uso racional das reservas hídricas.

Satisfeito com os resultados alcançados pela comissão em 2000, Osmar Dias acredita que a população está mais consciente da importância de cobrar o cumprimento das leis. “A aprovação de boas leis representa a oportunidade de os governantes sérios levá-las adiante e aplicá-las em benefício da sociedade”, declarou.

Comissão realizou 20 audiências e ouviu mais de 40 pessoas



Instalada em maio, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o roubo de cargas realizou, em seis meses de atuação, 20 audiências públicas, ouvindo mais de 40 depoentes. Além disso, visitou quatro cidades para diligências: Campinas, São Paulo, São Luís e Recife. A CPI foi criada em decorrência do trabalho da CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, e é uma resposta ao crescimento do roubo de cargas em todo o Brasil. Segundo as entidades ligadas ao setor de transporte de cargas, os prejuízos causados por esse tipo de crime chegam a R\$ 500 milhões por ano.

De acordo com o presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP), "há grande expectativa de que a CPI atinja seu objetivo, que é chegar aos receptores". Eles seriam os mentores e financiadores das quadrilhas que operam no desvio de cargas. Ainda segundo o senador, há muita lavagem de dinheiro envolvendo esse tipo de roubo.

Por isso, a CPI estendeu as investigações para lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões. A pedido do relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), a comissão teve seu prazo de funcionamento aumentado por mais um ano. Em 2001, se-

rão visitadas várias cidades que estão na rota das quadrilhas.

Acusado de chefiar uma das maiores quadrilhas de tráfico de drogas e roubo de cargas do país, com sede em Campinas e ramificações por vários estados, o empresário William Sozza foi acareado, pela CPI, com o detento Jorge Méres. Participando do programa de proteção às testemunhas, Méres, que trabalhou como motorista do empresário, confirmou as acusações. Sozza recusou-se a responder.

Segundo Tuma, há "fortes indícios" de que Sozza comanda o roubo de cargas. Tuma revelou que William Sozza já está sendo ameaçado de morte na cadeia, em São Paulo, por acerto de contas do tráfico de drogas.

Em São Paulo, onde ocorre pelo menos a metade dos roubos em rodovias, a comissão confrontou os depoimentos de policiais ligados ao Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri), com o do presidente Sálvio Barbosa Vilar, que os acusara de participar de envolvimento no crime organizado. Sálvio, preso em Brasília, revelou que a quadrilha formada por policiais paulistas realizava incursões em Minas Gerais e no Nordeste. Como resultado da acareação, dois dos 14 policiais acusados tiveram prisão decretada, imediatamente, ao mentirem para os parlamentares da CPI.



Tuma acredita que a CPI atingirá seu objetivo de "chegar aos receptores"

CPI do Futebol detectou vários indícios de irregularidades

Operações cambiais ilegítimas, sonegação fiscal e os negócios suspeitos de Wanderley Luxemburgo são alguns dos assuntos em investigação

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), promete empenho na apuração de irregularidades no futebol brasileiro, trabalho que será retomado pela comissão no próximo ano. "O Senado deve dar uma resposta competente, à altura das aspirações da sociedade, indignada com a sucessão de denúncias e escândalos envolvendo clubes, empresários, técnicos e jogadores de futebol", disse ele.

Autor do requerimento para criar a CPI, Álvaro Dias diz que o Senado não pode se omitir diante das irregularidades divulgadas pela imprensa em relação ao esporte que mais apaixonou o povo brasileiro e é fonte de oportunidades de trabalho e salário para número expressivo de pessoas.

As suspeitas de irregularidades cambiais nas negociações com clubes de outros países, envolvendo a compra ou venda de jogadores, e de sonegação de contribuições à Previdência pelos clubes foram os primeiros assuntos que a CPI começou a investigar. Os senadores ouviram o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, que apresentou a relação dos maiores devedores. Os débitos chegam a R\$ 218 milhões.

A comissão recebeu documentos enviados pela Procuradoria da República em Porto Alegre contendo indícios de movimentação por clubes brasileiros de contas bancárias

no exterior sem escrituração contábil. As informações apontaram para a prática de crimes contra a ordem tributária e o Sistema Financeiro Nacional. Os documentos estão relacionados à venda a clubes estrangeiros dos jogadores Christian e Gamarra, pelo Internacional, e Paulo Nunes e Jardel, pelo Grêmio.

As negociações totalizam cerca de US\$ 8 milhões. Os recursos de ambas as operações teriam sido depositados em bancos no exterior, e há suspeitas de que podem estar entrando no país sem o conhecimento das autoridades monetárias. Segundo o senador, a contabilidade dos clubes registra a entrada de recursos em espécie e em valores compatíveis com as operações.

O depoimento do chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao, trouxe à CPI do Futebol informações dos processos contra 22 clubes do futebol brasileiro, envolvendo um total de US\$ 42,5 milhões, referentes a supostas irregularidades em operações cambiais na compra e venda de jogadores realizadas antes da aprovação da Lei Pelé,



Álvaro promete uma "resposta competente", compatível com as aspirações da sociedade

em 1998. Liao disse que os casos envolvem operações de câmbio ilegítimas.

Também compareceu à comissão a procuradora Adrienne Sena, presidente do Conselho de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda, que levanta

uma suspeita de que a venda de jogadores de futebol com preços superfaturados e as grandes somas destinadas a patrocínios de clubes ou eventos esportivos encubram casos de lavagem de dinheiro.

Começaram ainda a ser investigadas as denúncias da estudante de Direito Renata Alves de que o ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo teria montado e operado uma rede de negócios envolvendo o recebimento de comissões pela escalação de jogadores, o uso de imagem, a compra e venda de veículos e a transferência de dólares ao exterior. Em depoimento evasivo, Luxemburgo não conseguiu explicar a origem dos R\$ 10 milhões de diferença entre os seus rendimentos declarados à Receita Federal e sua movimentação bancária.

Lando garante a entrega do relatório do Orçamento até dia 26

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), pretende entregar seu relatório final para publicação no dia 26 próximo, possibilitando sua votação nos dias 27 e 28 pelo Plenário do Congresso. Para ele, sua responsabilidade termina com a entrega do relatório. A votação, disse, "é um problema dos líderes partidários".

Lando fez a afirmação poucos minutos depois de o líder do governo na Comissão Mista de Orçamento, deputado Ricardo Barros (PPB-PR), ter entregue aos repórteres uma lista de serviços públicos que serão paralisados ou prejudicados por falta de dinheiro em janeiro, caso o Orçamento 2001 não seja votado pelo Congresso ainda neste ano.

A lista inclui 367 mil pessoas que recebem seguro-desemprego todo mês, 25 mil bolsistas da Capes e do CNPq, 7.500 mil professores universitários temporários, 3.000 municípios atendidos por médicos do programa mantido com dinheiro federal Saúde em Família, além dos hospitais que mantêm convênio com o SUS para atendimento público.

— As pessoas do governo têm bom senso e não suspenderiam tais pagamentos. Acredito muito mais que, em caso da não votação final do Orçamento 2001 até 31 de dezembro, o presidente baixará uma medida provisória mudando o artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias que proíbe a liberação de verbas para esses programas em janeiro— sustentou Amir Lando.



O senador Amir Lando ainda examinará reivindicações das bancadas estaduais

As entrevistas foram concedidas durante um intervalo dos trabalhos do Plenário da Comissão Mista de Orçamento, que se prolongou até tarde da noite da última sexta-feira, discutindo relatórios setoriais. Até agora, foram votados sete dos

dez relatórios setoriais, incluindo emendas de destaques. Os três últimos relatórios serão votados a partir das 13h de hoje e tratam das áreas de saúde, de educação, cultura e tecnologia, esporte e turismo e de integração nacional e meio ambiente.

O presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), afirmou que essas votações serão, de qualquer maneira, concluídas hoje. Dessa forma, o trabalho mais intenso e polêmico do Orçamento estará terminado. Essa etapa da discussão envolve, afinal, milhares de emendas apresentadas pelos deputados, pelas bancadas e pelas comissões do Congresso.

A partir de amanhã, o relator-geral terá reuniões com todas as bancadas estaduais, quando discu-

tirá reivindicações dos estados que não foram atendidas pelos sub-relatores. Pela legislação, depois de votados os dez relatórios setoriais, o relator-geral ainda fica com uma parte das verbas destinadas às emendas do Congresso, fazendo sua distribuição conforme a importância dos projetos estaduais e regionais relegados.

O Congresso foi convocado pelos presidentes do Senado e da Câmara, senador Antonio Carlos Magalhães e deputado Michel Temer, sem qualquer gasto financeiro, para que os parlamentares estejam em Brasília nos dias 27, 28 e 29 deste mês, com o objetivo de participar da votação final do projeto orçamentário e de outras matérias cuja aprovação não pode passar deste ano.

TV Senado já pode ser vista por 44 milhões de pessoas

O processo de ampliação de audiência da emissora, inaugurada em fevereiro de 1996, começou no mês de novembro com a transmissão do seu sinal pelo sistema analógico. Desde o dia 12, a programação pode ser vista no DF pelo canal UHF 51

No dia 23 de novembro, o telespectador Demétrio Szurkalo, de Monsenhor Paulo (MG), postou na agência local dos Correios carta endereçada à TV Senado informando sobre a qualidade do sinal enviado pela emissora por meio de faixa analógica de satélite e captado por antena parabólica. Szurkalo estava atendendo a um pedido veiculado em chamada da TV, que começou a operar nessa modalidade de sinal em 19 de novembro. Decorada com um desenho do Congresso, a carta é emblema da receptividade da emissora, que em 2000 teve o seu ano de maior crescimento desde que foi inaugurada em fevereiro de 1996.

O ingresso no sistema analógico elevou a audiência de potenciais 12 milhões de telespectadores para po-

tenciais 44 milhões. Antes a emissora só era sintonizada pelos assinantes de TVs pagas, pagantes de serviços como SkyTV e DirecTV e proprietários de antenas parabólicas receptoras de sinais digitais de satélite. Com seu baixo custo, a parabólica analógica facilitou a um maior número de brasileiros o acesso à programação. O processo de ampliação da audiência prosseguiu no último dia 12, quando a TV Senado estreou no circuito das emissoras de sinal aberto em UHF, inaugurando o canal 51, que poderá ser sintonizado por cerca de dois milhões de telespectadores no Distrito Federal.

— Crescemos não só em audiência, mas também em volume e diversidade de programação — observa a diretora da TV, Marilena Chiarelli.

De fato, os milhares de telefonemas e e-mails recebidos pela emissora não têm como objetivo apenas informar sobre a qualidade do sinal analógico. De todo o Brasil, cidadãos ligam ou escrevem para elogiar programas, pedir cópias de vídeos ou reclamar das transmissões de reuniões de comissões que não foram ao ar no horário previsto. A chefe de programação, Virgínia Malheiros Galvez, explica que as mudanças de horários decorrem do aumento da atividade parlamentar. Até há algum tempo, a TV chegava a repetir sessões de comissões. Agora, é comum que duas reuniões, inclusive de comissões parlamentares de inquérito (CPIs), aguardem na fila para serem transmitidas.

Segundo Marilena Chiarelli, a TV

Senado tem um perfil distinto de outras emissoras legislativas porque sua programação vai além das sessões plenárias, veiculando programas, documentários, entrevistas, shows e outras atrações de caráter cultural e comunitário. Entre os programas de maior sucesso estão os que tratam de saúde, como o *De Coração*, produzido pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, e as entrevistas com terapeutas e médicos alternativos a cargo do diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita.

Outros programas também passaram a integrar a grade da TV Senado este ano. Entre eles, o *Quem tem medo da música clássica?*, produção própria da emissora roteirizada e apresentada pelo senador Artur da

Távola (PSDB-RJ). A fluência e o didatismo do senador transformaram o programa num dos campeões de audiência da TV, que recebeu da TV Educativa do Rio de Janeiro, da Rede Vida e do canal Bravo Brasil pedidos de cessão das imagens.

Outra produção própria a estrear em 2000 com grande repercussão foi o *Revista Brasília*, espaço reservado a matérias jornalísticas sobre a face não política da capital da República. E como resultado das parcerias firmadas este ano estão indo ao ar o *TV Escola*, produzido pelo Ministério da Educação; o *ABD no Ar*, programa de entrevistas da Associação Brasileira de Documentaristas; e o *Tela Brasileira*, programa de entrevistas realizado pela Associação Paulista de Cineastas com diretores de cinema.

Lair Ribeiro ensina como chegar ao sucesso no "Entrevista Especial"

No programa *Entrevista Especial*, da TV Senado, o médico Lair Ribeiro ensina que "o sucesso é simples, mas não é fácil". A afirmação é feita ao jornalista Fernando Cesar Mesquita. Autor de 14 livros que ensinam como conseguir sucesso profissional e pessoal — entre eles os *best-sellers O sucesso não ocorre por acaso* e *Ajude-se fazendo a sua parte* —, o médico fala durante mais de uma hora sobre o tema "Evolução ao seu alcance", jun-

tamente com sua mulher, a terapeuta Eliane Ribeiro.

Na entrevista, Lair Ribeiro informa que a obtenção do sucesso é um "processo multifatorial", por envolver muitos aspectos, e só ocorre a longo prazo. Segundo ele, a "fórmula mágica" para que as pessoas cheguem ao topo na vida profissional e pessoal é baseada em seis características principais: auto-estima; habilidade de se comunicar; saber o que quer; ser otimista; dedicar-se ao trabalho;

e ter ambição, "no bom sentido".

JOGO DE CINTURA

O médico, que tem especialização na Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, acrescenta que, quando uma pessoa chega a reunir os seis fatores, passa por uma mudança interior radical e começa a ter melhores perspectivas de vida. "Para chegar ao sucesso, a pessoa há que ter bastante jogo de cintura, e ainda jogar com suas várias inteligências ao mesmo tempo," ensina Lair Ribeiro.

AURASOMA

A terapeuta Eliane Ribeiro, que trabalha com o marido, oferece o tratamento denominado Aurasoma. A técnica, detalha ela na entrevista, consiste em descobrir, através das cores, os problemas e traumas das pessoas que a procuram para chegar ao sucesso. O trabalho consiste em colocar vários frascos com diversas tonalidades e cores à frente do paciente, para que ele escolha algumas.

Baseada na escolha, a terapeuta pode descobrir o que falta ao paciente para melhorar sua qualidade de vida e atingir o sucesso.

O programa *Entrevista Especial*, que também conta com a participação da jornalista Cláudia Carneiro, foi ao ar no fim de semana e será reprisado hoje às 11h.

Reprise do "Entrevista Especial", com Fernando Cesar Mesquita

DEZEMBRO/2000

2º - 18/12 - 23h - *A Evolução ao seu alcance*, com Lair Ribeiro
4º - 20/12 - 23h - *A Evolução ao seu alcance*, com Lair Ribeiro
Sáb - 23/12 - 11h - *A Medicina Quântica*, com Victor Mattos
Dom - 24/12 - 23h - *A Medicina Quântica*, com Victor Mattos
2º - 25/12 - 23h - *A Medicina Quântica*, com Victor Mattos
4º - 27/12 - 23h - *A reprodução humana*, com Elsimar Coutinho
Sáb - 30/12 - 11h - *Cuidados visuais*, com Osvaldo Travassos de Medeiros
Dom - 31/12 - 23h - *Cuidados visuais*, com Osvaldo Travassos de Medeiros



2º - 1/01 - 23h - *Cuidados visuais*, com Osvaldo Travassos de Medeiros
4º - 3/01 - 23h - *Novas técnicas nos tratamentos dermatológicos*, com Ricardo Fenelon
Sáb - 6/01 - 11h - *Democracia*, Paulo Brossard
Dom - 7/01 - 23h - *Democracia*, Paulo Brossard
2º - 8/01 - 23h - *Democracia*, Paulo Brossard
4º - 10/01 - 23h - *O pensamento social brasileiro*, com Vamireh Chacon, Ronaldo Conde Aguiar e Frank Soudant
Sáb - 13/01 - 11h e 23h - *Qualidade de vida*, com Lair Ribeiro
2º - 15/01 - 11h - *Qualidade de vida*, com Lair Ribeiro

COMISSÕES/PLENÁRIO - REPRISE NA TV SENADO

De segunda a sexta-feira - 14h30

- 2º - 18/12 - Plenário/Comemoração do centenário do laudo arbitral da Confederação Helvética
3º - 19/12 - Plenário/Comemoração do centenário do laudo arbitral da Confederação Helvética
4º - 20/12 - CAS/CCJ - Audiência pública sobre projeto que restringe a propaganda de cigarro, realizada no dia 10/10, com a Associação Brasileira de Anunciantes, Ministério da Saúde, agências de publicidade, jornais e Receita Federal, entre outros
5º - 21/12 - CAS/CCJ - Audiência pública sobre projeto que restringe a propaganda de cigarro, realizada no dia 18/10, com representantes da indústria do fumo, das emissoras de rádio e TV, dos produtores de fumo, publicidade, médicos, entre outros
6º - 22/12 - Plenário/Comemoração do centenário do laudo arbitral da Confederação Helvética
3º - 26/12 - CCJ - Audiência pública com os presidentes do STF e STJ para instruir a PEC da Reforma do Judiciário
4º - 27/12 - CCJ - Sabatina e aprovação da indicação da primeira ministra mulher do STF, Ellen Gracie Northfleet
5º - 28/12 - CAE - Audiência pública realizada no dia 31/10 para instruir o projeto da nova Lei de Informática, com a presença dos secretários executivos dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Ciência e Tecnologia e do vice-governador do Amazonas
6º - 29/12 - CAE - Audiência pública realizada no dia 14/11 para instruir o projeto da nova Lei de Informática, com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel
OBSERVAÇÃO: Nos dias 27, 28 e 29, a programação pode ser alterada em função da realização de sessão plenária do Senado e sessão conjunta do Congresso Nacional, a serem convocadas.
3º - 2/01 - CAE - Audiência pública realizada no dia 12/19 com o ministro da Saúde, José Serra, sobre importação de medicamentos genéricos
4º - 3/01 - CAE - Audiência pública realizada no dia 29/11 com o presidente do BNDES, Francisco Gros, sobre o novo plano estratégico do BNDES
5º - 4/01 - CAS - Audiência pública realizada em 5/12 para debater os critérios dos estados contemplados com o programa IDH - 14, com a secretária nacional de Assistência Social, Vanda Engel, e o representante no Brasil do PNUD, José Carlos Libânio
6º - 5/01 - CPI do Roubo de Cargas - 8/8 - depoimento do motorista Jorge Méres
2º - 8/01 - CPI do Roubo de Cargas - Audiência pública com o empresário William Sozza e o motorista Jorge Méres, realizada em 14/12/2000
3º - 9/01 - CPI do Roubo de Cargas - Audiência pública realizada em São Paulo
4º - 10/01 - CPI do Futebol - Audiência pública realizada em 01/11 com o ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas
5º - 11 - CPI do Futebol - Audiência pública realizada em 21/11 com o jornalista Juca Kfoury
6º - 12 - CPI do Futebol - Audiência pública realizada em 23/11 com a presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Adrienne Senna

Rádio Senado mantém no recesso programação normal

A Rádio Senado funcionará com sua programação normal durante o recesso parlamentar. Serão mantidos, inclusive, os noticiários regionais. A edição Nordeste vai ao ar às 20h30; a edição Norte/Centro Oeste, às 21h; e a edição Sul/Sudeste, às 21h30. O programa *Vozes do Século 20*, com o senador Artur da Távola, é apresentado aos sábados, às 22h. Também com Távola, *Música do Brasil* e *Música erudita e seus mestres*, são transmitidos, respectivamente, às

16h e às 11h. *Brasil 500 Anos*, a série sobre história do Brasil, pode ser vista nesse mesmo dia, às 18h. *Autores e Livros*, com a apresentação de Margarida Patriota, vai ao ar às 10h30.

Nos dias 23 e 24 irá ao ar uma programação diferenciada. *Música Romântica*, *Música do Brasil* e *Autores e Livros - Especial de Natal* ganharão edições especiais. Uma retrospectiva com os principais acontecimentos de 2000 será apresentada pela rádio até o fim do ano.

Simon cobra iniciativas para o resgate da dívida social

“É preciso mudar a maneira de fazer política e administrar o Brasil”, reclama o senador, ao lamentar a apatia do povo com o futuro do país

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) expressou em plenário, na sexta-feira, sua decepção em constatar, às vésperas da virada do milênio, a apatia da população quanto às perspectivas de um futuro melhor para o país. O resgate da dívida social com cerca de 40 milhões de brasileiros relegados à miséria absoluta é o caminho apontado por Simon para reverter esse desinteresse pelas questões nacionais.

“É preciso mudar a maneira de fazer política e administrar o Brasil. Pôr fim ao esquema de a elite sempre agir e o povo apenas assistir”, afirmou. Embora cobre a responsabilidade de toda a sociedade pelas mudanças demandadas, Simon considera fundamental uma ação firme e concreta dos agentes políticos no combate ao desemprego, à impunidade, à exclusão social e à concentração de renda, para reconquistar a confiança dos brasileiros no desenvol-



Para Simon, presidente pode tornar-se estadista se deixar de lado as brigas políticas

vimento do país.

Na opinião do senador, quando o povo sentir que está sendo beneficiado pelas mudanças, não vai negar-se a contribuir para o resgate da cidadania e para a redução das desigualdades sociais. “Embora não veja um grande movimento nesse sentido, é nossa obrigação firmar o compromisso

de olhar para o futuro”, declarou, fazendo um apelo especial para engajamento do presidente Fernando Henrique Cardoso nesse desafio.

Pedro Simon informou já ter encaminhado suas propostas à Presidência da República, convocada a reunir a base parlamentar de apoio, partidos de oposição e entidades da sociedade civil na luta pela implementação das reformas demandadas pelo país. “2001 é o ano em que FHC pode se transformar em estadista, deixando de lado as brigas políticas”, desafiou.

Diante da compressão social e econômica imposta pela globalização, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), em aparte ao discurso de Simon, destacou a necessidade de o Brasil manter a soberania e, assim, negociar as restrições impostas pelas nações mais ricas no sentido de preservar os interesses do povo.

CAE foi um fórum permanente de debate da economia, afirma Ney Suassuna

Para o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), além de cumprir suas funções permanentes de discutir e aprovar projetos, nos últimos dois anos, a CAE converteu-se em um fórum permanente de debates sobre todos os setores da economia nacional. Em discurso na última sessão plenária do ano, o senador informou que, em 2000, a comissão realizou 60 reuniões, “um recorde que não foi igualado por nenhuma outra comissão”.

— Não nos limitamos ao papel de médico legista, que analisa fatos passados, mas assumimos um papel de clínico geral, que cuida da higidez do paciente — comparou o senador, referindo-se à economia nacional.

Outro papel da CAE neste período, disse Suassuna, foi buscar que os três níveis de Executivo e órgãos públicos ajustassem as suas contas em busca do equilíbrio fiscal. Neste sentido, ele considera que a CAE atuou como “obstetra”,



Suassuna garante que a CAE adotou uma ação permanente em busca do equilíbrio das finanças públicas

auxiliando no nascimento de novos conceitos para a economia e a administração pública nacionais.

Além das reuniões no Senado, o presidente da CAE lembrou que promoveu jantares às quartas-feiras, quando convidava autoridades do governo federal para conversar com os senadores sobre os problemas nacionais. Temas como responsabilidade fiscal, além de problemas específicos de setores como aviação e siderurgia, permearam as preocupações da comissão no período, na avaliação de Suassuna.

Para o senador, outra lição aprendida nos últimos tempos

foi compreender, por meio de contatos com membros do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Judiciário, a complexidade da elaboração de leis. “Somente com leis completas, a Justiça poderá redigir sentenças adequadas”, disse.

Em aparte, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) disse que foi “testemunha do espírito democrático que marcou a condução dos trabalhos da CAE”, sob a presidência de Suassuna. Para ele, a negociação da Lei de Informática, quando foram realizadas audiências públicas, foi um exemplo disso.

Patrocínio destaca coleta seletiva de lixo no Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) aplaudiu a criação no estado do Tocantins do Programa Estadual de Coleta Seletiva de Lixo (Lixobom). Ele informou que o programa concede benefícios fiscais para fomentar a chamada eco-indústria e tem por



Patrocínio afirma que programa assegura o controle da poluição

objetivo implantar, até 2005, a coleta seletiva de lixo em todos os 139 municípios do estado.

Carlos Patrocínio acrescentou que o Lixobom será responsável por um maior controle da poluição do solo e da água, eliminando a deposição indiscriminada de resíduos inorgânicos, além de promover o desenvolvimento de atividades comerciais, industriais e agrícolas mediante o aproveitamento de material reciclável.

— Com essas medidas, o Tocantins quer transformar-se em pólo de referência na área de reciclagem, aliando geração de emprego e renda à solução do problema do lixo — garantiu Carlos Patrocínio ao informar que o programa também atenderá 30

sucateiros e duas indústrias de transformação de plástico do estado, que também receberão incentivos fiscais.

Carlos Patrocínio observou que o governo estadual busca, desta forma, soluções modernas e práticas para os problemas estruturais da sua população. “Tocantins segue firme na direção de um amanhã mais rico e mais feliz para todos os que lá vivem e trabalham”, disse.

Agência Senado estréia nova página na Internet

A Agência Senado de Notícias estreou sua nova página de jornalismo eletrônico na rede mundial de computadores, a Internet, com o propósito de facilitar a navegação das pessoas que buscam informações sobre os trabalhos do Senado Federal e do Congresso Nacional. Na página inicial do Senado, no endereço www.senado.gov.br, o internauta encontra o *link* “notícias”, que dá acesso à página da agência. Além do novo desenho gráfico, a página oferece um banco de imagens com fotos dos principais eventos da Casa. O serviço permite que as fotografias dos fatos ocorridos no Senado Federal sejam copiadas e reproduzidas por outros veículos de informação.

A Agência Senado está na Internet há cinco anos e tem uma média de 1.500 acessos diários, especialmente no noticiário em tempo real que, na nova página, ganha mais dinamismo, e vai permitir que o usuário da rede possa acompanhar as votações do Plenário e das comissões no momento em que estiverem acontecendo. Da mesma maneira, é possível acompanhar os debates ocorridos na Casa e todos os eventos relativos às atividades parlamentares com maior rapidez. Esses são serviços já prestados hoje mas que,

com os novos procedimentos, ganharão maior eficiência.

No novo formato, a *homepage* possibilita a consulta direta no noticiário relativo aos eventos específicos de cada um dos setores em que podem ser subdivididos os trabalhos legislativos. Por ela, se pode buscar somente notícias dos debates no Plenário ou só das comissões, permanentes ou provisórias; da Ordem do Dia; a agenda da Casa ou as atividades da presidência do Senado. O recurso de pesquisa, em desenvolvimento, vai permitir, além da consulta ao arquivo de notícias da agência, a procura de informações relativas aos assuntos tratados nesses textos.

O projeto da nova página integra um programa amplo desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, que, seguindo orientação da atual Mesa Diretora, visa garantir total transparência para os trabalhos desta Casa do Legislativo. Por meio da Internet, da TV Senado, da Rádio Senado e do *Jornal do Senado*, a população tem acesso direto aos debates realizados e às decisões adotadas pelos senadores. Dessa maneira, todos podem acompanhar a atuação dos parlamentares que elegeram e fiscalizar o Legislativo, direito inalienável do cidadão.



Rodolf Herwik é diretor da Câmara de Comércio HWK da Bavária e Alta Bavária

Loyola presta homenagem a empresário da Alemanha

Em seu discurso de despedida do Senado, o senador Henrique Loyola (PMDB-SC) prestou uma homenagem ao empresário alemão Rodolf Herwik, diretor da Câmara de Comércio HWK da Bavária e Alta Bavária, com sede em Munique, que, segundo informou, reúne o maior número de pequenos e médios empresários de toda a Alemanha. Herwik, afirmou o senador, foi "um batalhador incansável" em favor da criação de oportunidades de treinamento para os pequenos empresários e de uma mentalidade de associativismo no Brasil.

A entidade alemã, informou Loyola, mantém convênio com a Fundação Empreender, instituída em 11 de novembro de 1992 pela Associação Comercial e Industrial de Joinville. O senador manifestou o seu orgulho em ter cooperado para a concepção da Fundação Empreender, que considera o "embrião mais remoto" do projeto Brasil Empreendedor, do governo federal, ao qual manifestou o seu apoio.

O senador Henrique Loyola disse que procurou, no período em que exerceu seu mandato, apresentar propostas que aprimorassem a segurança pública e a defesa civil, principalmente em nível municipal. Loyola encerrou na sexta-feira sua participação no Senado, porque o titular do mandato, Casildo Maldaner (PMSB-SC), está reassumindo a cadeira.

Henrique Loyola disse que deixa o Senado frustrado porque o Congresso Nacional não conseguiu apressar a tramitação das reformas administrativa, política e tributária — para ele, os temas mais urgentes e que deveriam ter merecido maior esforço por parte dos parlamentares.

Ricardo Santos considera consistentes as perspectivas de crescimento do país

Economia brasileira está mais preparada para enfrentar turbulências, avalia o senador, que acredita no processo de recuperação baseado no aumento das exportações e do consumo interno

Apesar de detectar "sinais de inquietude" na imprensa, que vem adotando uma visão não muito animadora quanto às perspectivas das economias mundial e brasileira no próximo ano, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) afirmou sexta-feira que o país e seu estado, o Espírito Santo, continuarão crescendo ao longo de 2001.

Em sua avaliação, "o foco principal das preocupações dos analistas centra-se na economia americana". A desaceleração da economia dos Estados Unidos, induzida pelo FED (o banco central daquele país) para combater qualquer risco inflacionário, de acordo com essa avaliação, pode levar os norte-americanos a um círculo vicioso de queda de pre-

ço de ações, alta nas taxas de juros, retração dos investimentos, lucros mais baixos e, assim, investimentos ainda menores, o que reforçaria a tendência de desaceleração de crescimento econômico.

Os sinais emitidos pelo banco central americano, no entanto, sinalizam em sentido contrário, destacou o senador Ricardo Santos. Ele avalia que a economia daquele país poderá ter um "pouso suave" e não traumático no ajuste do ritmo



Ricardo Santos aponta bases sólidas para um novo ciclo de desenvolvimento auto-sustentado

de crescimento. Em função disso e do equacionamento, com apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), de um pacote de ajuda à Argentina, Santos entende que as perspectivas de crescimento para a economia brasileira no próximo ano são consistentes e compatíveis com a repetição de taxas de expansão do produto equivalentes às de 2000 (próximas de 4%).

— É certo que nossa economia

está hoje melhor preparada para enfrentar ambientes de turbulência na economia mundial. De um lado, pela nova política de câmbio flutuante. E de outro pela constatação de que nossos fundamentos econômicos, especialmente as contas públicas e o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, são os melhores dos últimos anos.

A economia brasileira, observou, vem passando por um processo de recuperação estimulado pela redução da taxa de juros. Apesar do modesto resultado da balança comercial brasileira, o senador disse confiar que medidas poderão lançar bases sólidas para um novo ciclo de desenvolvimento poderoso e auto-sustentado.

Quintanilha espera que Brasil reaja às retaliações canadenses

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu na sexta-feira, no plenário, que as autoridades brasileiras reajam às retaliações adotadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o país, a pedido do Canadá, que defende sua empresa aeronáutica Bombardier na disputa de mercado com a Embraer.

— Não podemos admitir passivamente que outros países não aceitem a entrada de nossos produtos no mercado internacional, especialmente aqueles de alta tecnologia, com alto valor agregado — reclamou Quintanilha.

Para o senador, não é o programa brasileiro de incentivo às exportações, mas os avanços tecnológicos da Embraer que fizeram com que a empresa conqui-

tasse importante parcela do mercado de aviões, principalmente pela venda do modelo AMB-145, um jato para 50 passageiros, que serve a linhas regionais.

SOLIDARIEDADE

O espaço aéreo nacional, acrescentou, é cortado por aeronaves produzidas em diversos países, que vêm prestando serviços satisfatórios à população. O senador disse, no entanto, não se recordar de que alguma instituição brasileira tenha buscado adotar retaliação a empresa estrangeira que explora o mercado interno.

— Espero que todas as autoridades se mantenham coerentes e solidárias à Embraer, pois não podemos aceitar essa retaliação danosa às exportações brasileiras — analisou Quintanilha.

Combate à miséria é prioridade em 2001, afirma Valmir Amaral

A miséria é o principal problema a ser atacado no ano de 2001, apontou o senador Valmir Amaral (PMDB-DF), em pronunciamento sobre as atividades políticas do país no ano 2000. "Que as famílias não precisem da caridade alheia para terem o mínimo necessário à sobrevivência e que todos alcancem condições de prover seu sustento pelos próprios meios, com dignidade", afirmou.

Amaral, que assumiu o mandato em junho após a cassação de Luiz Estevão, se disse orgulhoso com a qualidade do trabalho realizado pelo Senado. Ele se declarou especialmen-



Amaral quer apresentar "idéias para melhorar a vida das pessoas"

te interessado nas questões relacionadas aos grupos sociais mais necessitados de apoio: pobres, crianças carentes, idosos e deficientes.

Empresário, Valmir Amaral esclareceu que vai estudar as leis já existentes, as ações do governo e da sociedade para solução

do problema e, assim, ter condições de acrescentar idéias e iniciativas para melhorar a vida das pessoas.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) parabenizou Amaral por seu primeiro pronunciamento da tribuna e por tratar de assuntos tão importantes para o Brasil.

Júlio Eduardo lembra aniversário de Chico Mendes



Júlio Eduardo ressaltou a resistência pacífica do líder seringueiro assassinado em 1988

Ao registrar os 56 anos de nascimento do seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1988, o senador Júlio Eduardo (PV-AC) elogiou a resistência pacífica aos projetos econômicos que previam a derrubada das florestas do Acre.

— Chico Mendes sabia

que não era da mata derrubada que viria a riqueza — recordou Júlio Eduardo. A partir do momento em que passou a reunir homens, mulheres e crianças em manifestações contra pecuaristas e empresas madeireiras, disse, o líder seringueiro começou a se tornar referência internacional de todos os movimentos em defesa do meio ambiente.

Júlio Eduardo ressaltou o caráter "suave e criativo" da liderança de Chico Mendes, cujo aniversário será lembrado por uma semana inteira de comemorações no Acre, organizadas por entidades da sociedade civil. "Ele tinha um jeito doce de enfrentar as dificuldades e os que só queriam se locupletar com a riqueza das florestas."

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Nabor Júnior, Carlos Patrocínio, Henrique Loyola, Leomar Quintanilha e Ricardo Santos